

humanitas

Vol. XIX Ž J

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XIX E XX



COIMBRA
MCMLXVII-LXVIII

Apenas quatro estudiosos se ocupam de temas históricos em sentido estrito: Angela Bellezza, que, em *Cecilia Paolina* (pp. 75-83), resolve, com elementos epigráficos e numismáticos, o problema da identificação da esposa de Maximino-o-Trácio; Nelida Caffarello, que se baseia em pinturas dos túmulos etruscos dos Águres, de Pulcinella e das Olimpíades para estabelecer que *Phersu* (pp. 85-89) designa 'homem mascarado', actor de profissão que actua como açulador de cães, corredor ou dançarino; Gioia de Luca, que atentamente descreve uma *Idria a figure nere a Genova con il mito di Perseo e Medusa* (pp. 115-137: artigo ilustrado com 32 reproduções); e Giovanni Forni, que chamou a si a ingrata missão de explorar a floresta virgem da instituição da tribo romana na idade imperial («*Doppia tribù di cittadini e cambiamenti di tribù romane*», pp. 139-155). Mas tem interesse referir que mesmo o segundo destes autores vai buscar à opinião dos linguistas (etr. *phersu*: lat. *persona*: gr. *πρόσωπον* 'máscara') o argumento confirmativo da sua conclusão...

W. S. M.

JOSEPH HERMAN — *Le Latin vulgaire*, Presses Universitaires de France, 1967, 128 pp.

É agradável verificar que a colecção «Que sais-je?» pôde ir buscar para o seu n.º 1247, ao extremo oriental da Hungria, um professor da Universidade de Debrecen. Isto já de si significa, mais uma vez, que os problemas clássicos, mesmo de grande especialização, não se limitam ao chamado «mundo ocidental», nem muito menos aos descendentes dos habitantes da antiga România. Dentro dos limites de espaço imposto pela série a que se destina, pode dizer-se que este «ponto dos conhecimentos actuais» sobre o Latim Vulgar satisfaz na sua generalidade. Aliás, o A. declara explicitamente na introdução (pp. 5-7) que não pretende condensar tudo o que os especialistas escreveram a tal respeito, mas apenas «indicar com nitidez as características essenciais do latim dito vulgar e as linhas de força da sua evolução».

Satisfazem perfeitamente a breve história, definição e diferenciação do latim vulgar, de acordo com as épocas e camadas sociais (cap. I, pp. 9-18). Sob o título de «Condições externas» é-nos fornecida uma resenha da romanização, ao longo dos séculos, nas regiões ocupadas pelos emissários de Roma, não deixando, no entanto, de se assinalarem as suas limitações (cap. II, pp. 19-26). Muito metódico também é o cap. III, dedicado às fontes do latim vulgar (pp. 27-35). Reduzida embora aos factos fonéticos fundamentais, é clara a exposição (cap. IV) sobre a evolução do vocalismo (pp. 36-47) — com uma justa posição sobre o discutido problema do acento em latim (pp. 44-46) — e do consonantismo, apesar da complexidade que este apresenta (pp. 47-56).

A partir do cap. V, em que se trata da morfologia — declinação de nomes e pronomes (pp. 57-73) e da conjugação (pp. 73-82) — J. Herman cai, quanto a nós, num defeito constante: inclui sob o conceito de latim vulgar factos linguísticos que

são típicos de outras classes de latim. Deve reconhecer-se que o «latim tardio» constitui hoje uma especialização de que são mestres E. Löfstedt e D. Norberg e que este não deve confundir-se com o «latim vulgar», assim como o não deve ser a língua latina «especial dos cristãos», que está perfeitamente caracterizada pela «escola de Nijmegen», como se comprova pelas obras da Prof.^a Ch. Mohrmann e pelas duas dezenas de volumes da série «*Latinitas Christianorum Primaeva*» (Utrecht-Nijmegen). Concordamos em que será lícito procurar elementos «vulgares» nos autores «tardios» e «cristãos». Mas J. Herman vai frequentemente mais longe. Termos como *euan-gelizare*, *angelus*, etc. (p. 94), por exemplo, não pode dizer-se que sejam típicos do «latim vulgar». O seu aparecimento foi apenas devido ao cristianismo, independentemente da classe social que falava o «latim cristão». Do mesmo modo nos não parece aceitável a citação sistemática (pp. 63, 80, 81, 86, 98 e 108) de S. Gregório de Tours, escritor que, com fundamento, pode até ser considerado já como bom exemplo do que era o princípio do «latim medieval». Posta esta reserva, sublinhada pelo facto de com frequência serem referidos fenómenos que devem ter ocorrido na segunda metade do primeiro milénio p.C. (dever-se-á, ainda então, falar de «latim vulgar» no sentido comumente aceite?), podemos continuar a apreciar o trabalho de J. Herman.

O cap. VI dá-nos bons resumos sobre a sintaxe dos grupos nominais (pp. 83-88), da oração (pp. 88-90) e da frase (pp. 90-98). O último capítulo linguístico, o VII (pp. 99-113), trata da constituição do vocabulário. Far-lhe-emos no fim alguns reparos. Finalmente sob o título de «Alguns problemas gerais» (cap. VIII) é discutida em primeiro lugar a questão, de grande interesse: «Quando deixou de se falar latim?» (pp. 114-121). A resposta apresenta a solução tida como justa (fins do século VII — princípios do século VIII), mas sem indicar documentação ou estudos que abonem tal conclusão. Evidentemente que esta só poderá ter valor científico quando sobre as diversas regiões da România tiverem sido feitos estudos no género do de Mário A. Pei, *The language of de eighth-century texts in Northern France* (New York, 1932). O segundo problema apresentado, «As tendências essenciais da evolução vulgar» (pp. 121-125) é afinal a recapitulação e conclusão de todo o livro.

Tratando-se de uma rápida visão dos problemas levantados pelo Latim Vulgar, não vem a propósito entrar aqui na discussão de várias questões, como por exemplo a da datação de documentos. Não podemos, no entanto, deixar de apresentar uma pequena contribuição para que sejam eliminados alguns defeitos relacionados com a persistência do vocabulário latino no português. 1.º — Em vez do clássico *pulcher* o latim vulgar adoptou, por certo, *bellus* e *formosus*. Lembremos, no entanto, que as línguas hispânicas têm representante não apenas do segundo, mas também do primeiro, ao contrário do que o texto (p. 11) deixa supor. 2.º — Entre as línguas românicas que mantêm o ditongo *au* (p. 40) o português merece lugar de relevo, dada a abundância de vocábulos em que ele subsiste, em todas as posições, tanto puro como evoluído. Apresentemos apenas exemplos em posição inicial, por serem de fácil verificação nos dicionários: De *audácia* a *auxílio* temos muitas dezenas de palavras; igualmente de *ouro* a *ouvir* umas duas dezenas de vocábulos representam a evolução do mesmo ditongo latino. 3.º — É erro manifesto dizer (p. 82) que nas línguas românicas apenas subsiste a evolução de *respondere* da II para a III conjugação, tal como no italiano *rispondere* e no francês *répondre*. Na realidade, o português *responder*, com acento na última sílaba, postula a manutenção dos temas em

e longo. 4.º — Para documentar a evolução de *hac hora* (p. 101) em vez de recorrer ao antigo espanhol, podia antes mencionar-se *agora*, a única forma existente em português. 5.º — É certo que *hostis* substituiu em algumas línguas românicas *exercitus*; mas não é justo dizer «de *exercitus* que desapareceu» (p. 106). A documentação está o seu descendente directo em português *exército*, se bem que a nossa língua também guarde o seu sinónimo *hoste*, mas apenas no uso literário. 6.º — Iguamente não foi total a supremacia de *testa* sobre *caput* (p. 107). Os portugueses ainda têm *cabeça*... 7.º — A generalização de *patres* em vez de *parentes* não é fenómeno esporádico (p. 109). Um dos valores exactos do português *pais* é precisamente o de *parentes* em latim; em contrapartida o português *parentes* subsistiu como evolução semântica equivalente ao plural latino *propinqui*. 8.º — E para não *sobre carregarmos* este parágrafo de pequenas correcções, diremos finalmente que um bom exemplo da adopção do «tardio» *carricare* é o português *carregar*, bem mais claro que o francês *charger* ou mesmo que o espanhol *cargar*.

J. GERALDES FREIRE

DAG NORBERG — *Manuel pratique de latin médiéval*. Éditions A. & J. Picard & C.^{ie}, Paris, 1968, 212 pp.

Quem deseje estudar a *Literatura Latina* na Idade Média tem, desde há muito, bons manuais. Mencionemos apenas um já antigo, mas útil pela riqueza das suas informações de pormenor, o de G. Gröber, aparecido em 1902 e reeditado em 1963; o mais desenvolvido e sistemático de todos, o de M. Manitius, em três grossos volumes (de 1911, 1923 e 1931 respectivamente); e o resumo, ainda recente (1963) de J.-P. Foucher, na colecção «Que sais-je?», n.º 1043. Não existe, porém, a mesma abundância no que respeita à *Lingua Latina* na Idade Média. Para esta, há *introduções* apreciáveis, como a de K. Strecker (³1965) ou a de K. Langosch (1963), mas *manuals* sistemáticos sobre a constituição e evolução do Latim Medieval, esses faltam-nos. Por isso mesmo, mais é de apreciar este volume da colecção «Connaissance des Langues», a qual, em boa hora, escolheu o professor da Universidade de Estocolmo Dag Norberg, que estava bem preparado para se adaptar à orientação dada à série de «manuais práticos». Com efeito, o Prof. Norberg desde 1943 se começou a notabilizar pelos seus estudos no campo do latim tardio e medieval. Este seu trabalho divide-se em duas partes distintas: a primeira (pp. 13-92) dedicada às diversas fases da língua; e a segunda (pp. 93-199) constituída por uma antologia comentada.

Para assentar bem as bases do latim medieval, começou o A. por descrever o estado da língua latina no chamado período tardio (do século III ao fim do Império), incluindo a contribuição já então dada pelo cristianismo. Depois, criteriosamente, estuda as circunstâncias especiais que determinaram a evolução em cada uma das regiões da România até por volta do ano 1000. Assim vemos delinear-se as características principalmente fonéticas e de vocabulário que eram próprias da Gália,

da Itália, da África, da Hispânia e das Ilhas Britânicas. A reforma carolínea com o seu surto renovador merece, como é evidente, lugar de relevo. A partir do século XI pode dizer-se que, com o nascimento das línguas nacionais, o latim se tinha fixado numa forma comum a toda a Res Publica Christiana. Até ao século XIV o latim foi uma língua viva que contribuiu para a unificação cultural da Europa. Justifica-se também o lugar dado à Escolástica, com o seu esforço para fornecer ao latim um vocabulário enriquecido em termos filosóficos e teológicos. Como o A. muito bem salienta (p. 71), o século XII representa uma época de esplendor e de grande perfeição no domínio do latim, graças ao estudo de bons clássicos como Cícero, Virgílio e Ovídio. Mas o conhecimento destes autores não levou então à imitação servil. Por estranho que pareça, o que matou o latim como língua viva foi precisamente o Renascimento, com o culto especioso da construção sintáctica e da métrica segundo os modelos clássicos. A partir do século XV a história da língua latina deixa quase de ter interesse. Pouco de novo se cria, exactamente porque a intenção era voltar ao glorioso passado da Roma dos séculos I, antes e depois de Cristo.

A exposição de Norberg dá especial relevância à poesia tanto na época carolínea (pp. 56-67) como após o ano 1000 (pp. 74-86). Não admira este desenvolvimento, primeiro porque o A. tem trabalhos altamente especializados sobre a versificação medieval; e em segundo lugar porque o exercício poético deu azo às mais maravilhosas, engenhosas e artificiosas combinações e técnicas. Permite-se-nos transcrever aqui apenas um exemplo de *uersus retrogradí*, pelo que têm de domínio da língua e de pitoresco (p. 77). Eis um distico elegíaco em louvor do hospedeiro:

*Hospitibus pius est nec uendit fercula, donat
Pocula gratis nec hic negat hospitium.*

Se lermos, porém, estes versos do fim para o princípio, teremos novo distico, também perfeito, mas de sentido muito contrário à virtude da hospitalidade:

*Hospitium negat hic nec gratis pocula donat,
Fercula uendit nec est pius hospitibus.*

Na exposição de Norberg fala-se frequentemente de poesia métrica e rítmica. Quanto a nós, estes termos são ambíguos, por serem polivalentes. Toda a poesia clássica e medieval foi métrica (porque obedecia a uma prosódia e a esquemas métricos) e rítmica (pois pretendia sujeitar-se a combinações de ritmo previamente estabelecidas). Haverá toda a vantagem em falar sempre e sistematicamente, em ordem a uma perfeita distinção, em poesia quantitativa (baseada na quantidade longa ou breve das sílabas) e poesia intensiva (que se sujeita ao acento e por vezes à rima). Verdade seja que Norberg não desconhece, e até por vezes usa, a classificação que nós preferimos. Mas nem sempre... e isso pode causar confusões.

As pp. 39-42 são dedicadas ao latim «en Espagne», no princípio da Idade Média. Julgamos não ser excesso de nacionalismo desejar que em vez de *Espanha* se usasse antes sempre *Hispania*, para os períodos que vão até ao século XII. É que por «latim hispânico» dever-se-á entender o dos autores e inscrições da actual Espanha e também o «lusitano», se quisermos restringir-nos, em grandes linhas, à área actualmente ocupada por Portugal. Com toda a justiça são citados neste capítulo principal-